



## **JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO PRÁTICA EFICAZ PARA GARANTIR DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR E PROMOVER VIVÊNCIAS DE RESPONSABILIZAÇÃO, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA 1**

**Natália Mews Schaffer<sup>2</sup>, Ester Eliana Hauser<sup>3</sup>, Patricia Borges Moura<sup>4</sup>, Marcelo Loeblein Dos Santos<sup>5</sup>, Julia Rheinheimer dos Santos<sup>6</sup>, Eduarda Lima Palmeira<sup>7</sup>**

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido na Unijuí por meio do Projeto de Extensão Cidadania para Todos; financiado pelo Programa Institucional de Extensão – PIBEX/UNIJUÍ.

<sup>2</sup> Bolsista PIBEX do curso de Direito da UNIJUÍ. e-mail: natalia.mews@sou.unijui.edu.br.

<sup>3</sup> Professora orientadora. Mestre em Direito pela UFSC. Professora do curso de graduação em Direito da UNIJUÍ. Coordenadora do Projeto Cidadania para todos. e-mail: estereh@unijui.edu.br.

<sup>4</sup> Mestre em Direito pela Unisinos. Professora do Curso de Graduação em Direito da Unijuí, extensionista. Email pmoura@unijui.edu.br

<sup>5</sup> Mestre em Direito pela UCS. Professor do Curso de Graduação em Direito da Unijuí.

<sup>6</sup> Bolsista PIBEX do curso de Psicologia da UNIJUÍ. e-mail: julia.rheinheimer@sou.unijui.edu.br

<sup>7</sup> Bolsista PIBEX do curso de Psicologia da UNIJUÍ. e-mail: eduarda.palmeira@sou.unijui.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente resumo expandido versa sobre o tema justiça restaurativa como prática eficaz para garantir direitos humanos no ambiente escolar e promover vivências que busquem responsabilização, solidariedade e cidadania, e foi elaborado como resultado das pesquisas e ações desenvolvidas pelos bolsistas e professores integrantes do Projeto de Extensão Cidadania para Todos. Atualmente, as ações do projeto se desenvolvem nas escolas de ensino fundamental e médio, tendo como público alvo alunos, professores e os integrantes das CIPAVES. As atividades são realizadas a partir de oficinas interativas voltadas para a educação para os direitos humanos e o exercício da cidadania e gestão pacífica de conflitos, abordando diversos temas, tais como: princípios da justiça restaurativa, comunicação não violenta, igualdade de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher, cultura da paz e estratégias de enfrentamento e prevenção à violência no ambiente escolar, com vistas a contribuir para relações mais pacíficas, em consonância com um dos principais desafios da Agenda 2030 da ONU, o pacto global para o desenvolvimento sustentável.

### **METODOLOGIA**

O trabalho é desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, a partir de leituras e sistematização de livros, artigos e documentos, com também por meio de experiências práticas advindas das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão. A pesquisa bibliográfica fundamenta e auxilia a organização de oficinas e vivências promovidas junto ao público alvo, cujo enfoque, no atual período (2024-2025), é a formação e assessoramento das



equipes integrantes das CIPAVES de Escolas de Ensino Médio da região de abrangência da 36ª CRE, visando sua preparação para o desenvolvimento de ações de prevenção a violência e para a gestão de conflitos no âmbito da escola. Para a organização das oficinas são utilizados princípios e estratégias propostos no âmbito da Justiça Restaurativa (JR), por meio dos quais se garante o protagonismo, a escuta, a atenção às necessidades e a auto responsabilização dos participantes, em um espaço seguro de diálogo, reflexão e ação. Durante as oficinas os participantes são convidados a refletir sobre o impacto da violência na escola e sobre sentimentos, necessidades e possibilidades de atuação individual e coletiva para a construção de uma escola segura e acolhedora para todos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ambiente escolar é, pela sua própria condição, um espaço conflituoso. Esse espaço, no qual se constrói boa parte da formação e da instrução ética do cidadão, é o lugar para o qual as crianças e os adolescentes trarão suas vivências, percepções de mundo e experiências, positivas ou negativas, para compartilhar ou extravasar, o que pode suscitar situações de conflito e de violência em diferentes graus. Segundo dados levantados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, no ano de 2023 foi registrado um aumento de 50% nos índices de violência nas escolas, problemática esta que preocupa agentes envolvidos nos ambientes educacionais, uma vez que estes também acabam sendo vítimas dessas violências (MDHC, 2023). Diante desse cenário, torna-se necessário discorrer e refletir acerca das problemáticas que envolvem espaços educacionais, os conflitos e violências que nele se manifestam, para buscar alternativas de repensar e modificar o paradigma punitivo, ainda presente nas escolas brasileiras, como estratégia de gestão de conflitos e enfrentamento da violência.

Nesse viés, buscando a implementação de estratégias alternativas ao sistema retributivo para gerenciar os conflitos nas instituições educacionais, o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça, assinou um acordo de cooperação técnica para promover ações voltadas à promoção da cultura da paz por meio da implementação da Justiça Restaurativa (JR) nas escolas (MEC, 2023). Contudo, a grande questão nesse enredo é compreender, explicar e materializar a JR, internalizar os sentidos e princípios para que o mediador, o educador e até mesmo o alunos possuam capacidade de não







Ao longo do desenvolvimento social as comunidades estabeleceram diversos pactos civilizatórios com a finalidade de estabelecer a paz entre os cidadãos, bem como estabeleceram sistemas de educação e justiça para que fosse possível a construção de aprendizagem de condutas adequadas para a convivência social. Com isso, a humanidade já transcende diversos entendimentos acerca de qual seria a maneira correta de fazer justiça, evitar e gerenciar conflitos, tendo adotado, entre suas estratégias, o sistema retributivo\punitivo como protagonista. Nas últimas décadas, buscando superar a ideia de que punir é a melhor maneira de restabelecer a igualdade das relações diante de um conflito ou uma violação de direitos, as práticas de Justiça Restaurativa, têm ocupado espaço cada vez maior em diferentes instituições, propondo um novo olhar sobre os conflitos e as situações de violência, a partir das quais a realização da justiça tem como foco as necessidades das pessoas e a responsabilização ativa dos envolvidos, bem como na reparação dos danos dele decorrentes. Logo, inserir as práticas restaurativas no ambiente escolar é essencial para a construção de cidadãos autônomos responsáveis no que tange o entendimento e acolhimento das necessidades que envolvem o conflito bem como seu próprio gerenciamento. Este é o trabalho desenvolvido no projeto Cidadania para Todos, mediante a realização de oficinas baseadas em princípios, valores e práticas de JR, por meio dos quais se devolve o protagonismo aos sujeitos e os convoca a refletir sobre seu papel na construção de ambientes justos e seguros de convivência.

**Palavras-chave:** Justiça restaurativa. Educação. Gerenciamento de conflitos. Cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** Trad. Mário Vilela. 2. ed. São Paulo: Ágora, 2006.
- ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.
- ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça.** Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2014.
- CIDADANIA, Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100: 2023 registra aumento de cerca de 50% para violência nas escolas.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/disque-100-2023-registra-aumento-de-cerca-de-50-para-violencia-nas-escolas>